
22-4-19

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>630530</u>
Classificação <u>06/02/01/ / /</u>
Data <u>22 / 04 / 2019</u>

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
51/19ª CPITANCOS/2019	16/04/2019	Nº: 1239	22/04/2019
50/19ª CPITANCOS/2019	16/04/2019	ENT.: 2048	
		PROC. Nº:	

ASSUNTO: Audição para prestar depoimento sobre o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material ocorrido em Tancos

Encarrega-me o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de junto enviar a carta do Senhor Primeiro-Ministro dirigida ao Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, solicitando o seu reencaminhamento ao destinatário.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Catarina Gamboa

O Primeiro Ministro

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Inquérito sobre as consequências e
responsabilidade políticas do furto do
material militar ocorrido em Tancos

Dr. Filipe Neto Brandão

Lisboa, 22 de abril de 2019



Em resposta ao Ofício n.º 50/19.º CIPTANCOS/2019, de V. Exa., datado de 16 de abril de 2019, pelo qual me foi transmitida a deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidade políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos para prestar depoimento sobre factos relativos ao objeto da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, informo de que, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, na sua versão atual), pretendo exercer a prerrogativa legalmente prevista de depor por escrito.

Assim, aguardo indicação de V. Exa. relativamente aos factos sobre os quais deve recair o meu depoimento, a fim de poder apresentar a devida declaração sob compromisso de honra.

Com os melhores cumprimentos,



O Primeiro-Ministro



António Costa



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DOS ASSUNTOS
PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. ao Senhor
Presidente de CPITANCOS

mt
20.05.2019.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 634499
Classificação 06/0203/ / /
Data 20/05/2019

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA
61/19ª CPITANCOS/2019

SUA COMUNICAÇÃO DE
10-05-2019

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 1470
ENT.: 2419
PROC. Nº:

DATA
20/05/2019

ASSUNTO: Resposta aos questionários elaborados pelos Grupos Parlamentares do PSD, BE e CDS-PP
- CPITANCOS/2019

Encarrega-me o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de junto enviar cópia do ofício n.º 4585, datado de 20 de maio, do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro e respetivo anexo, solicitando o seu reencaminhamento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

Catarina Gamboa



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 2419

Data 20/05/2019

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro
e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA
N.º 1358
ENT. 2279

SUA COMUNICAÇÃO DE
10/05/2019

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.:
PROC. N.º:

DATA

**ASSUNTO: Resposta aos questionários elaborados pelos Grupos Parlamentares do PSD, BE e
CDS-PP - CPITANCOS/2019**

Cumpre-me enviar a V. Exa., nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, a resposta do Senhor Primeiro-Ministro aos questionários dos Grupos Parlamentares *supra* mencionados, conforme requerido pelo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos.

ru/ O Chefe do Gabinete

Francisco André

Patrícia Melo e Castro
Assessora

O Primeiro Ministro

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar
de Inquérito sobre as consequências e
responsabilidades políticas do furto
do material militar ocorrido em
Tancos

Dr. Filipe Neto Brandão

António Luís Santos da Costa, portador do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até _____, depoente no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, em resposta ao Ofício n.º 61/19.ª CPITANCOS/2019, de V. Exa., datado de 10 de maio de 2019, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, na sua versão atual), declarar sob compromisso de honra o que sabe quanto aos factos indicados no questionário que lhe foi remetido por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos seguintes:

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 16.º DO REGIME JURÍDICO DOS INQUÉRITOS PARLAMENTARES, A S.EXA. O PRIMEIRO-MINISTRO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:

1. Como se sabe, o ex-Ministro da Defesa Nacional apresentou a sua demissão no dia 12 de outubro de 2018. Antes desta data, teve o Sr. Primeiro-Ministro conhecimento de algum memorando, ou outro documento, que apontava para a existência de um informador da Polícia Judiciária Militar para a recuperação do material de guerra furtado dos Paíóis Nacionais de Tancos?

Não.

2. Se teve conhecimento, em que data ocorreu e quem lhe transmitiu essa informação, ou documento?

Na manhã do dia 12 de outubro de 2018, foi-me presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira. Nesse documento refere-se a existência de um informador.

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata:

1. O Sr. PM declarou que a secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda, lhe tinha transmitido que logo na primeira reunião da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT), ocorrida 48 horas depois do furto, de 28 de junho de 2017, tinham sido afastadas ligações de organizações terroristas ou de criminalidade organizada. Confirma esta afirmação? Que bases tinha para fazer tal afirmação de forma tão categórica? Quem lhe deu as informações de que o furto nada tinha a ver com estas atividades?

Efetivamente, a senhora Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada nessa reunião dos potenciais impactos para a segurança interna, entre os quais o de que não havia informação que justificasse alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

2. Em audiência nesta Comissão, a Dra. Graça Mira Gomes, secretária-geral dos Serviços de Informações, afirmou que "perante os vários cenários que lhe foram apresentados [na sequência do furto nos PNT], o primeiro-ministro optou por um deles" para justificar a ausência de ligações deste caso ao terrorismo internacional e ao crime organizado. É verdade que optou por um dos cenários apresentados pelo SIS, nomeadamente o menos grave, para fazer declarações aos portugueses desvalorizando o caso em vésperas de ir de férias?

Todos os cenários que me foram apresentados foram objeto de adequada ponderação, tendo o Governo orientado a sua ação de acordo com a informação da UCAT, transmitida pela Secretária-geral do SSI.

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos. Pelo contrário, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, de forma competente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que os materiais perigosos à guarda do Exército e das Forças Armadas estivessem devidamente protegidos e seguros.

3. Considera que o Ministro da Defesa Nacional lhe deu toda a informação necessária ao longo de todo este processo? Em algum momento sentiu que lhe foi ocultada informação?

O Professor Doutor Azeredo Lopes desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional, transmitindo-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

4. Não considera que, perante a perigosidade do material de guerra furtado em Tancos, deveria ter tido uma ação mais ativa neste caso pedindo ao Ministro da Defesa Nacional que o mantivesse informado de todas as evoluções referentes a este caso?

Tal como respondi na pergunta anterior, o ex-Ministro da Defesa Nacional transmitiu-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

5. No dia 11 de julho de 2017, o Sr. Primeiro-Ministro reuniu com as chefias militares para discutir a segurança em instalações militares. Que conclusões tirou dessa reunião? Que orientações deu aos chefes militares?

Nessa reunião com o então Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, estas atestaram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser tiradas as lições do ocorrido e a ser preparadas todas as medidas necessárias e possíveis no sentido de evitar, nas instalações à guarda das Forças Armadas, acontecimentos semelhantes. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Países Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

6. Na sequência do furto ocorrido nos PNT que questões lhe foram colocadas pelos nossos parceiros internacionais sobre o sucedido? Que garantias deu aos nossos parceiros em termos de segurança? Alguma vez foi colocada em causa a segurança de Portugal?

Os nossos parceiros internacionais não me colocaram quaisquer questões sobre esta matéria.

7. No dia 4 de agosto de 2017, o Coronel Luís Vieira entregou, ao Ministro da Defesa Nacional, um memorando a contestar a atribuição da competência da investigação do sucedido em Tancos à Polícia Judiciária, defendendo que a mesma deveria ficar para a PJM. Nesta Comissão, o Coronel Luís Vieira declarou que o Ministro da Defesa Nacional deu instruções para que esse memorando fosse enviado para o seu Gabinete. Que fez perante esse documento? Que importância lhe deu? Falou com o Ministro da Defesa sobre este assunto? Deu alguma orientação ao Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto?

Um documento com esse teor nunca foi recebido no meu Gabinete, nem discuti o assunto com o ex-Ministro da Defesa Nacional.

8. Tendo em conta este memorando, as notícias que iam surgindo na imprensa e outros quaisquer elementos relevantes para este caso teve, em algum momento, a consciência de que a PJM se estava a preparar para não respeitar o despacho da Procuradora Geral da República?

Tal como respondi na pergunta anterior, o documento em questão não foi recebido no meu Gabinete, não podendo, portanto, ter conhecimento de qualquer iniciativa da PJM nos termos sugeridos.

9. Teve o Sr. Primeiro-Ministro, em algum momento, consciência de que a PJM estaria a desenvolver uma "investigação paralela", tal como foi afirmado pelo Major Vasco Brazão nesta Comissão, não se reduzindo ao seu papel de coadjuvar nas investigações da Polícia Judiciária?

Não.

O Primeiro Ministro

10. Em algum momento teve alguma conversa com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Alguma vez lhe foi transmitida esta possibilidade por parte do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional?

Não.

11. Como e quando soube da recuperação do material furtado em Tancos?

Soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, no próprio dia da recuperação.

12. Tendo na sua posse o memorando de 4 de agosto e do despacho da PGR de 4 de julho de 2017 não ficou surpreendido com o facto de ter sido a PJM a recuperar esse material e não a PJ? Não estranhou a existência de um comunicado da PJM a referir a existência de diligências deste órgão policial?

Tal como respondi em perguntas anteriores, nunca foi recebido no meu Gabinete um documento com esse teor, tal como, acrescento, não tive conhecimento oficial do despacho da senhora ex-Procuradora Geral da República, de 4 de julho de 2017.

Desse dia apenas recordo a satisfação com a notícia de ter sido recuperado o material militar furtado dos PNT.

13. Teve conhecimento do telefonema da Procuradora-Geral da República ao Ministro da Defesa Nacional dando conta do seu descontentamento pela forma como tinha sido feita a recuperação do material e com o afastamento da Polícia Judiciária? Teve conhecimento das preocupações demonstradas pela PGR quanto à atuação da PJM neste processo? O Ministro da Defesa Nacional deu-lhe conhecimento deste telefonema que indiciava um comportamento grave

por parte da PJM? Se teve conhecimento que medidas tomou neste caso? Coordenou com o Ministro da Defesa Nacional alguma ação neste âmbito?

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora-Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

14. Entre 20 de outubro de 2017, data da entrega de um documento e uma fita do tempo, elaborados pelo Coronel Luís Vieira, que ficaram conhecidos por "memorando de Tancos", no gabinete do Ministro da Defesa Nacional e 12 de outubro de 2018, data do envio do mesmo ao seu gabinete não se apercebeu do comportamento da PJM neste processo? O que se passou durante todo este tempo? Existiram contactos com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Teve qualquer conhecimento ou indício de que a PJM teria agido à margem da lei na recuperação das armas furtadas nos PNT?

Como referi em resposta a pergunta anterior, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um "documento" não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

15. O Sr. Primeiro Ministro declarou, na sequência da recuperação do material furtado nos PNT, de que tudo tinha sido recuperado. Sabendo que isso não correspondia à verdade que informações tinha para fazer essa afirmação?

O Primeiro Ministro

Quem lhe deu a informação de que o material furtado em Tancos teria sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

16. No dia 10 de outubro de 2018 o Sr. Primeiro-Ministro negou, a pergunta do Deputado Fernando Negrão do PSD, que tivesse conhecimento dos documentos que o ex-chefe de gabinete do então ministro Azeredo Lopes dizia ter recebido. Ora, nesta Comissão o Dr. Francisco André e o Major-General Tiago Vasconcelos, afirmaram que decidiram pedir esse documento ao General Martins Pereira no dia 11 de outubro de 2018, tendo sido o mesmo enviado para o seu gabinete no dia 12 de outubro de manhã. Deu instruções ao seu Chefe de Gabinete para obter o documento que tinha sido entregue, no dia 20 de outubro de 2017, pelo Coronel Luis Vieira e pelo Major Vasco Brazão ao General Martins Pereira, chefe de Gabinete do MDN?

Face às numerosas notícias que, desde o final da tarde de 10 de outubro de 2018, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento”, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

Nas circunstâncias que já referi, o “documento” que anexo, foi-me presente apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, pelo meu Chefe do Gabinete.

17. Quando teve conhecimento da existência deste memorando de Tancos?

Se por “memorando” se entende o “documento” que anexo, o mesmo foi-me entregue nas circunstâncias referidas na resposta anterior.

18. Quando teve acesso ao “memorando de Tancos”? Que conclusões tirou da sua leitura?

Se a pergunta se refere ao “documento” que anexo, foi-me entregue nas circunstâncias referidas nas duas respostas anteriores.

Constatei tratar-se de algumas folhas de papel sem qualquer timbre, data, rubrica ou assinatura, epígrafe contendo assunto ou registo de qualquer tipo que permitisse identificar a sua origem. Aparentemente, descreve um conjunto de técnicas e procedimentos operacionais que teriam sido empregues pela Polícia Judiciária Militar para recuperar o material que fora furtado em Tancos. A leitura do mesmo revela: a) o objetivo preciso de recuperar o material furtado; b) a preocupação em salvaguardar a identidade de um informador; e c) indicia que a Polícia Judiciária Militar procurou ocultar à Polícia Judiciária o conhecimento desta operação.

19. No dia 12 de outubro de 2018 teve uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional onde lhe apresentou este memorando de Tancos, tal como o próprio declarou nesta Comissão. Confirma que mostrou o memorando de Tancos ao Ministro da Defesa Nacional?

O Primeiro Ministro

Confirmando que no dia 12 de outubro de 2018 mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional o “documento” que anexo, que me fora presente pouco tempo antes, nesse mesmo dia, pelo meu Chefe do Gabinete, nas circunstâncias que venho referindo em respostas anteriores.

Dessa reunião, fiquei com a convicção de que o ex-Ministro da Defesa Nacional nunca o tinha visto anteriormente.

20. Quais os assuntos que foram tratados nessa reunião? Foi discutida a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Em algum momento sugeriu a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Discutiram o conteúdo do memorando de Tancos nessa reunião? A que conclusões chegaram? Foi decidida tomar alguma ação? Do memorando de Tancos conclui-se da existência de um acordo, de uma encenação e de uma ação da PJM completamente à margem da PJ. Que fez em relação a isso?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

Nessa mesma reunião, tive ainda ocasião de mostrar ao senhor ex-Ministro da Defesa Nacional o “documento” que anexo e que me fora presente nessa mesma manhã pelo meu Chefe do Gabinete.

21. Que razões justificaram a sua aceitação do pedido de demissão do Ministro da Defesa Nacional depois de ter afirmado, poucos dias antes no Parlamento, que mantinha a confiança no seu ministro?

Sobre a demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, remeto para o comunicado já referido na resposta à pergunta anterior, que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018.

22. Que justificação dá para no dia 26 de outubro de 2018, em Sintra, ter feito declarações afirmando que não conhecia o memorando de Tancos entregue no gabinete do Ministro da Defesa Nacional no dia 20 de outubro de 2017 quando o seu chefe de gabinete, Dr. Francisco André, afirmou nesta Comissão que lho entregou na manhã dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do “documento” que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

23. Deu alguma indicação ou orientação ao novo Ministro da Defesa Nacional sobre a manutenção ou não do CEME, General Rovisco Duarte e sobre a condução deste dossier de Tancos?

As razões da exoneração, a seu pedido, do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foram tornadas públicas pelo próprio na altura, não havendo nada a acrescentar ao que ele próprio e o atual Ministro da Defesa Nacional declararam nas suas respetivas audições nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Primeiro Ministro

24. Que responsabilidades políticas retira deste processo de Tancos que provocou, através de uma gestão desastrosa deste dossier por parte do Governo, feridas profundas na instituição militar, nomeadamente no Exército português? Considera que o Governo agiu de acordo com as suas responsabilidades neste caso?

O Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo, como já referi, as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo, tendo as entidades competentes considerado, aliás, não se justificar a alteração do grau de ameaça à segurança interna em vigor. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocização para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

25. O País foi confrontado com um caso que abalou a credibilidade das nossas forças armadas. Estas foram as palavras consensuais de todos militares que passaram por esta comissão. A imagem de Portugal ficou afetada, esta é a opinião dos portugueses e das instituições internacionais.

O resultado visível foi a decapitação da cadeia de comando das nossas forças armadas e a clara descoordenação das várias instituições de segurança e defesa, a PJM, rebelou-se contra uma orientação da PGR, desrespeitando o estado de direito!

E consequências políticas? Não entende o Senhor Primeiro-ministro que o estado falhou na avaliação inicial? Não entende o Sr. Primeiro-ministro que o Ministro da Defesa, fez uma má gestão do caso Tancos?

O Primeiro Ministro

Não é claro para o Sr. Primeiro-ministro, que o governo, em toda a cadeia hierárquica, logo, em primeiro lugar, o Sr. Primeiro-ministro, teve uma atitude de desvalorização e desresponsabilização, que permitiu todo o avolumar do caso Tancos?

Não entende o Sr. Primeiro-ministro que com esta atitude, a segurança e defesa dos portugueses não foi garantida e que não tirou daí as ilações políticas objetivas?

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos e agiu em conformidade com a avaliação efetuada pelas entidades competentes de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna. No quadro das suas responsabilidades, o Governo atuou corretamente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que o material militar à guarda do Exército e das Forças Armadas estivesse devidamente protegido e seguro.

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular:

1. Em que momento tomou conhecimento do furto aos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT) ocorrido em junho de 2017?

No próprio dia em que a ocorrência foi descoberta.

O Primeiro Ministro

2. Por quem é que lhe foi transmitido e que diligências tomou consequentemente e de imediato?

A ocorrência foi-me informada pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, que me transmitiu também que tinham sido efetuadas as diligências adequadas às circunstâncias.

3. Confirma que esteve ausente do país entre 2 e 9 de julho de 2017?

Confirmo.

4. Em caso de resposta afirmativa, que contactos teve, respeitantes a este assunto, durante aquele período, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna e o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e/ou outros membros do Governo?

Como é óbvio, mesmo ausente do país, estive em contacto permanente com os membros do Governo e com as entidades referidas.

5. Recebeu informações na sequência da reunião da UCAT de 29 de junho? Quais; e com que conteúdo?

O Primeiro Ministro

Na reunião da UCAT de 29 de junho de 2017 este assunto de Tancos não foi abordado. Conforme acertado entre mim e a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, foi convocada uma reunião extraordinária da UCAT para o dia seguinte, 30 de junho de 2017, tendo como ponto único da sua agenda o furto de Tancos.

Logo após o termo desta reunião, a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada dos potenciais impactos para a segurança interna, e a conclusão de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

6. Considerando que o mecanismo de reposição de fronteiras foi abordado naquela reunião, e tratando-se "de uma decisão de natureza e esfera iminentemente política", ponderou a ativação desse instrumento?

Não foi colocado à consideração do Governo ponderar a ativação do mecanismo de reposição de fronteiras, sem prejuízo do funcionamento normal dos mecanismos de partilha de informação no âmbito Schengen.

7. Que medidas de segurança foram suplementarmente equacionadas por V.Ex.ª?

O Primeiro Ministro

Todas as medidas de segurança foram adequada e prontamente adotadas pelas diversas entidades com competências na matéria.

De resto, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, adotou ou promoveu de imediato todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocização para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

8. Alguma vez tomou conhecimento, nomeadamente através do Ministro da Defesa Nacional, do estado das condições físicas e de segurança dos PNT?

Até ao momento em que foi detetado o furto do material nos Paíóis Nacionais de Tancos, não fui informado especificamente do estado das condições físicas e de segurança dos mesmos.

9. Como é que avalia o facto do Secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e a Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna terem tomado conhecimento do furto aos PNT pela comunicação social?

Avalio negativamente. A informação devia ter sido comunicada imediatamente à Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna pela autoridade que em primeiro lugar teve conhecimento da ocorrência.

10. Que reflexão foi feita no quadro do Governo sobre os mecanismos de cooperação entre Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente os Serviços de Informações, e as Forças Armadas? E que melhorias foram introduzidas?

Neste ou em qualquer outro caso concreto, é sempre necessário retirar todas as lições que proporcionem uma melhoria dos mecanismos de troca e partilha de informação existentes.

Essa reflexão é, aliás, permanente e contínua, decorrendo não apenas ao nível do Governo, mas também, individualmente, em cada uma das organizações referidas, bem como nos diversos órgãos, onde, a diversos níveis, as diferentes organizações estão representadas e participam ativamente. Sempre que dessa reflexão resulte a necessidade de agir, por exemplo aperfeiçoando a legislação existente ou promovendo nova legislação, o Governo age.

11. V.Ex.ª convocou no dia 11 de julho de 2017 uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional e os quatro chefes militares. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião?

Nessa reunião, com o então senhor Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, foi-me feito um relatório circunstanciado sobre a natureza, características e condições operacionais do material furtado e de outro material que, estando depositado nesse Paíol, aí havia permanecido.

Por outro lado, as Chefias Militares asseguraram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser preparadas todas as medidas necessárias para reforçar a segurança nas instalações à guarda das Forças Armadas. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do

O Primeiro Ministro

robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

12. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Pina Monteiro, afirmou no final dessa reunião, que o valor do material furtado dos PNT seria de "34 mil euros" e que os lança-granadas foguete "provavelmente não terão possibilidade de ser utilizados com eficácia". V.Ex.ª reviu-se na declaração produzida pelo General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas? Ou entende que refletiu uma tentativa de desvalorização da gravidade dos acontecimentos?

As declarações do senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas foram, com toda a certeza, proferidas com base na informação factual existente.

Não tinha, nem tenho, motivos para colocar em causa a palavra do ex-CEMGFA, General Pina Monteiro.

13. Que avaliação lhe foi reportada relativamente à perigosidade do material; e por quem?

Na referida reunião de 11 de julho foram reportadas as características técnicas, possibilidades e limitações dos diversos tipos de material furtado, informação de que o General CEMGFA deu nota pública no final da reunião.

14. Teve conhecimento das atas das reuniões da UCAT de 5 de julho de 2017 e de 18 de julho e 2018; e dos factos graves nelas constantes?

Por norma não me é dado conhecimento das atas das reuniões da UCAT.

Informo ainda que as atas referidas foram efetivamente remetidas ao meu Gabinete, mas apenas em abril de 2019, quando foram solicitadas ao Governo por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

15. A que horas e por via de quem tomou V.Ex.^a conhecimento da recuperação do material militar na Chamusca?

Não me sendo possível precisar a hora exata, soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional no próprio dia da recuperação.

16. Teve conhecimento de que o ex-Diretor da PJM, o Coronel Luís Vieira, reuniu com o Ministro da Defesa Nacional na manhã do dia 18 de outubro de 2017, na sequência do "achamento" do material militar furtado?

Não.

17. Teve conhecimento do facto do gabinete do Ministro da Defesa Nacional de então ter verificado "do ponto de vista da comunicação pública o grau satisfatório do comunicado" da PJM do dia 18 de outubro de 2017, tal como foi reconhecido pelo Prof. Dr. Azeredo Lopes, na audição de 7 de maio de 2019 na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)?

Não.

O Primeiro Ministro

18. Considera V.Ex.^a adequada a participação do Governo na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal, antes de o Ministério Público ter sido informado?

O ex-Ministro da Defesa Nacional explicou nas suas declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito as circunstâncias em que o seu Gabinete apoiou, tecnicamente, a elaboração do comunicado. Dessas declarações resulta claro que o Governo não participou “na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal”.

19. Soube do contacto telefónico da então Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal, com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes, a 18 de outubro de 2017, em que demonstrou a sua insatisfação pelo facto da PGR ter tido conhecimento da recuperação através do comunicado da PJM, por o Diretor-geral da PJM não ter atendido nem retribuído os seus contactos telefónicos bem como dos do Diretor do DCIAP?

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

20. Por quem e quando é que teve conhecimento destes factos?

Não sei precisar a data em que o ex-Ministro da Defesa Nacional me referiu o telefonema da ex-Procuradora Geral da República.

21. Como explica que, mesmo depois do Governo que V.Ex.^a lidera ter tomado conhecimento dos factos acima enunciados a 18 de outubro de 2017, V.Ex.^a tenha elogiado a atuação da PJM a 20 de outubro de 2017?

Naturalmente, congratulei-me com a recuperação do material militar, o que, independentemente das circunstâncias, foi, por si, um facto importante.

22. V.Ex.^a afirmou publicamente a 22 de outubro de 2017 que "por ação da PJM, já foi recuperado todo o material que tinha desaparecido". Quem é que lhe assegurou que o material militar havia sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

23. Alguma vez corrigiu publicamente essa declaração, que se se sabe que não corresponde à verdade? Não considera que o devia ter feito?

Como respondi na pergunta anterior, essa declaração pública foi feita com base na informação disponível no momento.

24. Quando é que teve conhecimento da efetiva quantidade do material recuperado?

Confio que a conclusão da investigação judiciária em curso permitirá clarificar definitivamente qual o material furtado, e qual o material recuperado.

25. Como valoriza V.Ex.^a o facto do Governo que V.Ex.^a dirige ter sido informado, a 20 de outubro de 2017, pelo Ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, acompanhado do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão, através da entrega de um documento, ao ex-Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, que a ação da PJM inicialmente reportada não correspondia à verdade, que tinha sido realizada através de uma investigação paralela, contrária ao Comunicado da PGR, de 4 de agosto de 2017, e através do recurso a ilegalidades?

Compete às autoridades judiciais, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

26. Que relevância atribuiu aos factos relatados no mesmo documento, nomeadamente:

- a. **"O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas, como prova de que fala a verdade, mas PJM tem de guardar essas granadas dois dias e nunca chamar a PJ e que depois ele dará a localização do resto do material sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo for quebrado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descanso";**
- b. **"Major Brazão dá ordem a um militar seu para às 03 da manhã fazer uma chamada para o piquete, que nesse dia era o próprio Major Brazão";**
- c. **"Major Brazão com receio que o Major Pinto da Costa comece a fazer diligências que colocassem a PJ no local, informa o Diretor-geral da PJM e informa-o do "contrato"?"**

Compete às autoridades judiciais, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

Quanto à minha apreciação, remeto para a resposta à pergunta 18 do Grupo Parlamentar do PSD.

27. Em que momento tomou conhecimento destes factos?

Tal como já referi em respostas anteriores, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

28. A partir do momento em que tomou conhecimento dos factos acima enunciados que ações tomou o governo?

Na sequência da detenção do ex-diretor da Polícia Judiciária Militar, no dia 25 de setembro de 2018, o ex-Ministro da Defesa Nacional havia determinado à Inspeção-geral de Defesa Nacional, a 4 de outubro de 2018, uma auditoria ao processo de prevenção e investigação criminal na Polícia Judiciária Militar. No seguimento das conclusões da referida auditoria, a 1 de abril de 2019, o atual Ministro da Defesa Nacional determinou uma ação inspetiva à Polícia Judiciária Militar com o objetivo de proceder ao apuramento da legalidade da atuação da mesma no processo de recuperação do material furtado nas instalações militares de Tancos.

29. Como é que explica que o Governo que V. Ex.^a lidera tenha tido, durante quase um ano, até à detenção do ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, em sua posse um documento entregue a 20 de outubro ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, que dava conta destes factos, sem que nada tenha feito e o tenha ocultado?

Como já referi em respostas anteriores, apenas tive conhecimento a 12 de outubro de 2018 do “documento” que anexo, que mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional nessa mesma manhã, tendo ficado com a convicção de que ele nunca o tinha visto anteriormente.

30. Como explica V.Ex.^a que no debate quinzenal de 10 de outubro de 2018 tenha afirmado, em resposta a um deputado, que “não queria acreditar que” esse mesmo deputado “pudesse ter acesso a documentos em segredo de justiça”, e depois, no dia 12 de outubro, tenha acedido a esse mesmo documento, tendo para isso validado a obtenção do mesmo pelo seu Chefe de Gabinete atual?

Efetivamente, no debate quinzenal – a 10 de outubro de 2018 – estranhei que o conteúdo de um documento que alegadamente acabara de ser entregue às autoridades judiciais e que, até aí, teria tido uma circulação extremamente restrita, e que eu próprio desconhecia, já pudesse eventualmente ser do conhecimento dos senhores Deputados.

Posteriormente, face às numerosas notícias que, desde o final da tarde desse mesmo dia, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento” e o seu teor, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

31. Face ao exposto, considera que a atuação da PJM configura uma ilicitude; e que deveria ter merecido da parte do governo a entrega da documentação recebida à PGR e abertura de uma ação inspetiva à PJM, que só acabou por ser determinada um ano depois, quando os factos vieram a público na sequência da detenção do ex-diretor da PJM?

Remeto para as respostas às perguntas n.ºs 28 e 29.

32. Por que razão V.Ex.ª afirmou, a 26 de outubro de 2018, não conhecer o documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e da Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, "nem através de Azeredo Lopes, nem através de ninguém", quando o seu Chefe de Gabinete afirmou categoricamente que lho entregou no dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do "documento" que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

33. Confirma que reuniu com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. José Alberto Azeredo Lopes, a 12 de outubro de 2018?

Confirmo.

34. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião e quais as razões que levaram à sua demissão?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

35. O facto de este ter tido conhecimento do teor do documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, a 20 de outubro de 2017, contribuiu para a demissão do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes? Se sim, em que medida?

Tal como respondi na pergunta anterior, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

36. Quando é que V.Ex.^a convidou o Embaixador João Cravinho para assumir as funções de Ministro da Defesa Nacional?

No dia 12 de outubro de 2018, depois de ter aceite o pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes.

37. Foi noticiado - apesar de desmentido na CPI pelo atual Ministro da Defesa Nacional - que este teria imposto como condição à sua aceitação a exoneração do então Chefe do Estado-Maior do Exército. Tendo o convite resultado de uma conversa entre V.Ex.ª e o atual Ministro da Defesa Nacional, e uma vez que foi noticiado aquela condição, foi V.Ex.ª que deu instruções no sentido de essa informação ser transmitida à comunicação social?

O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foi exonerado a seu pedido, como é do conhecimento público, e nem o atual Ministro da Defesa Nacional colocou essa questão, nem foram dadas quaisquer instruções para se transmitir algo desse teor à comunicação social.

38. Como explica V.Ex.ª ter mantido, até ao dia 12 de outubro de 2018, a confiança política no Ministro da Defesa Nacional, o Prof. Dr. José Azeredo Lopes?

Como tive oportunidade de afirmar em resposta a pergunta de outro Grupo Parlamentar, considero que o Professor Doutor Azeredo Lopes sempre desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional.

Por outro lado, tal como afirmei acima, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

O Primeiro Ministro

Respondidas todas as questões que me foram enviadas pelos diversos Grupos Parlamentares, cumpre-me apresentar a V. Exa., Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, a expressão dos meus melhores cumprimentos,

Palacete de São Bento, Lisboa, 17 de maio de 2019



António Luís Santos da Costa

Major Pinto da Costa passa para Major Brazão informador que tem conhecimento do que se passou em Tancos.

Este informador diz que a PJ sabe desde o início que um seu informador de alcunha fechaduras, que vive em Albufeira, que é pago pela PJ já há muitos anos esteve envolvido no assalto.

A PJ vai ao Algarve e não permite que a PJM os acompanhe.

Este fechaduras é pressionado pela PJ e diz que esteve lá mas que não assistiu ao furto pois foi só abrir na véspera os patos.

É pressionado pela PJ e dá o nome de quem o contratou. Quem o contratou esteve na véspera e no dia do assalto e sabe onde está o material.

É vigiado pela PJ 24 sobre 24 horas.

O vigiado vai ao Algarve a Olhão e a PJ em Olhão recolhe da Polícia Marítima um saco com explosivos PE4A (iguais aos de Tancos). Este material é militar (apesar de não ser de Tancos) mas nunca a PJM foi informada nem saíram quaisquer notícias. O que a PJ iria fazer com o material? Muito provavelmente plantá-lo em posse do vigiado.

O informador da PJM diz que consegue dar o material mas é preciso que a PJ nunca seja chamada.

O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas, como prova de que fala a verdade, mas a PJM tem de guardar essas granadas dois dias e nunca chamar a PJ e que depois ele dará a localização do resto do material sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo for quebrado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descargo.

O informador da PJM diz que terá de ser feita uma chamada anónima da margem sul de um local que possa ser identificado.

Major Brazão dá ordem a um militar seu para às 03 da manhã fazer uma chamada para o piquete, que nesse dia era o próprio Major Brazão.

Major Brazão contacta Coronel Estalagem e informa-o da ocorrência (nunca referido ser possivelmente o material de Tancos) e diz que vai lá. Coronel Estalagem diz que não é necessário pois na região está o Major Pinto da Costa.

Major Pinto da Costa vai ao local e liga para o Piquete a dizer que há várias caixas e que umas parecem ser de granadas.

Major Brazão com receio que o Major Pinto da Costa comece a fazer diligências que colocassem a PJ no local informa o Director Geral da PJM e informa-o do "contrato" com o informador. Que era preciso travar o Major Pinto da Costa e este sendo mais antigo que o Major Brazão era fundamental o Director Geral ir para o terreno e fazer o material entrar em quartéis sem demora visto que assim que se apercebessem que podia ser de Tancos o Coronel

Estalagem de imediato informaria o Diretor da UNCT e a sua família correria risco e o material nunca aparecia.

Quando Major Brazão chega ao local acompanhado do Director Geral pensa que o que está ali são apenas granadas e as outras caixas estarão vazias e serão apenas uma prova para a PJM manter o acordo. É preciso a todo o custo manter o acordo.

FITA DO TEMPO

Dia 18 de Outubro de 2017

- 02:59 – Piquete da PJM (Major Vasco Brazão) recebe chamada anónima : Granadas depois da ponte da chamusca na estrada em direcção a Abrantes logo após os semáforos existe uma ribeira, estão no fim da ribeira. Acreditem que é verdade. Levem Isto a sério.
- 03:00 – Piquete Informa Diretor Unidade de Investigação Criminal (Coronel Estalagem)
- 03:04 – Diretor UIC informa Major Roberto Pinto da Costa, que se encontrava na região Torres Novas, Entroncamento e Tomar, com elementos do Núcleo de Investigação Criminal (NIC) da GNR de Loulé, no âmbito de uma outra Investigação que corre termos na 9.ª Secção DIAP do Porto, para que este se deslocasse para averiguar a veracidade da denúncia.
- 03:40 – Major Roberto Pinto da Costa, 1ºSargento Mário Carvalho e 3 elementos do NIC da GNR de Loulé chegam ao local.
- 03:45 – Major Roberto Pinto da Costa liga para Piquete a informar a visibilidade é nula e que ocorrendo-se de uma lanterna ao longe, da margem do ribeiro, vislumbra várias caixas amontoadas num canal dentro da ribeira que se encontra seca. Algumas delas têm características parecidas com as que costumam armazenar granadas. As caixas encontram-se fechadas e outras revestidas com plástico. Informa que as condições climáticas são muito más. Chove muito e relampeja e por isso decide não se aproximar e montou perímetro de segurança solicitando apoio.
- 03:55 – Major Vasco Brazão liga para Diretor Geral da PJM e informa-o da situação e este dá a ordem para se contactar o Coordenador do LPTC/PJM para que este se desloque para o local.
- 05:20 – Diretor Geral da PJM, Major Vasco Brazão e Sargento-chefe José Costa chegam ao local. Fomos aconselhados a não descer a ribeira para não contaminar o local e por motivos de segurança e para aguardarmos a chegada do LPTC
- 05:45 – Chega ao local o Coordenador do LPTC/PJM, Técnico Superior Nuno Reboleira, acompanhado pelos Peritos Sargento-ajudante Bruno Claro e Diamantino Gonçalves que iniciam o exame ao local do crime.

- 06:00 – Devido à suspeita de que possam estar na presença de material explosivo o Coordenador do LPTC/PJM contacta o Comando das Forças Terrestres para acionar a célula de EOD do Exército, que se encontra sediada no Regimento de Engenharia N.º1, para que se desloquem ao local para garantir a continuidade dos trabalhos em segurança e para que posteriormente possam retirar o material e caso seja necessário identificarem o mesmo.
- 06:15 – Diretor Geral da PJM contacta General Chefe de Estado-Maior (CEME), General Rovisco Duarte, para solicitar activação da célula EOD porque o CFT informou desconhecimento do procedimento. Diretor da PJM pergunta ao CEME para que unidade se deve levar o material que se suspeita ser de guerra, sendo indicado os Paíóis do Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).
- 08:00 – Chegada da Célula EOD. Efetuaram os procedimentos de segurança e informaram que as caixas tinham características militares e que podiam conter material explosivo, aconselhando a sua abertura em local controlado.
- 08:30 – Diretor da PJM ordena que as caixas fossem transportadas para o CMSM para continuação do exame ao local em condições de segurança e de garantia da preservação do material.
- 08:50 – Deslocamento de todo o efetivo para o CMSM.
- 09:15 – Chegada ao CMSM onde Diretor Geral da PJM contactou o Comandante, Coronel Tirocinado Ferrão, e este deu ordens para que fosse autorizado a entrada nos Paíóis do pessoal necessário à continuação das diligências.
- 09:50 – Dentro de um dos paíolins iniciou-se a abertura das caixas e de imediato o Chefe do EOD informou tratar-se do material que tinha sido furtado dos Paíóis Nacionais de Tanços.
- 09:55 – Major Vasco Brazão informa pessoalmente o Diretor Geral da PJM que de seguida informa o Diretor da UIC.
- 10:05 – Diretor da UIC informa DCIAP.
- 10:07 – Diretor da UIC informa PJ.
- 10h30 – Diretor da UIC informa Major Vasco Brazão que elementos da PJ estão a deslocar-se ao CMSM.

10h40 – Major Vasco Brazão informa Diretor Geral da PJM do deslocamento da PJ ao CMSM e este contacta Comandante do CMSM. Comandante do CMSM informa que por ordens do CEME elementos da PJ só entram na Unidade com mandado judicial.

12h30 – Major Vasco Brazão deslocasse à Porta de Armas do CMSM e verifica que os elementos da PJ não possuem qualquer documento que os autorize a entrar e por isso propõe levá-los ao local onde o material foi encontrado, o que foi feito.

12h35 – Saída do Major Roberto Pinto da Costa e do 1ºSargento Mário Carvalho do CMSM.

14h00 – Saída dos elementos do NIC da GNR de Loulé do CMSM.

15h30 – Terminada a identificação de todo o material.

16h20 – Entrada de 5 elementos da PJ no CMSM onde foram recebidos pelo Comandante que lhes mostrou o despacho do Ministério Público, que tinha acabado de receber via email.

17h30 – Saída dos elementos da PJ do CMSM.

17h35 – Saída dos elementos do LPTC do CMSM.

18h30 – Saída do Major Vasco Brazão do CMSM.

O Primeiro Ministro

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar
de Inquérito sobre as consequências e
responsabilidades políticas do furto
do material militar ocorrido em
Tancos

Dr. Filipe Neto Brandão

António Luís Santos da Costa, portador do Cartão de Cidadão n.º 6009694, válido até 2025/05/14, depoente no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, em resposta ao Ofício n.º 61/19.ª CPITANCOS/2019, de V. Exa., datado de 10 de maio de 2019, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, na sua versão atual), declarar sob compromisso de honra o que sabe quanto aos factos indicados no questionário que lhe foi remetido por essa Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos seguintes:

O Primeiro Ministro

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 16.º DO REGIME JURÍDICO DOS INQUÉRITOS PARLAMENTARES, A S.EXA. O PRIMEIRO-MINISTRO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL, PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:

1. Como se sabe, o ex-Ministro da Defesa Nacional apresentou a sua demissão no dia 12 de outubro de 2018. Antes desta data, teve o Sr. Primeiro-Ministro conhecimento de algum memorando, ou outro documento, que apontava para a existência de um informador da Polícia Judiciária Militar para a recuperação do material de guerra furtado dos Paíóis Nacionais de Tancos?

Não.

2. Se teve conhecimento, em que data ocorreu e quem lhe transmitiu essa informação, ou documento?

Na manhã do dia 12 de outubro de 2018, foi-me presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira. Nesse documento refere-se a existência de um informador.

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata:

1. O Sr. PM declarou que a secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda, lhe tinha transmitido que logo na primeira reunião da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT), ocorrida 48 horas depois do furto, de 28 de junho de 2017, tinham sido afastadas ligações de organizações terroristas ou de criminalidade organizada. Confirma esta afirmação? Que bases tinha para fazer tal afirmação de forma tão categórica? Quem lhe deu as informações de que o furto nada tinha a ver com estas atividades?

Efetivamente, a senhora Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada nessa reunião dos potenciais impactos para a segurança interna, entre os quais o de que não havia informação que justificasse alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

2. Em audiência nesta Comissão, a Dra. Graça Mira Gomes, secretária-geral dos Serviços de Informações, afirmou que "perante os vários cenários que lhe foram apresentados [na sequência do furto nos PNT], o primeiro-ministro optou por um deles" para justificar a ausência de ligações deste caso ao terrorismo internacional e ao crime organizado. É verdade que optou por um dos cenários apresentados pelo SIS, nomeadamente o menos grave, para fazer declarações aos portugueses desvalorizando o caso em vésperas de ir de férias?

O Primeiro Ministro

Todos os cenários que me foram apresentados foram objeto de adequada ponderação, tendo o Governo orientado a sua ação de acordo com a informação da UCAT, transmitida pela Secretária-geral do SSI.

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos. Pelo contrário, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, de forma competente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que os materiais perigosos à guarda do Exército e das Forças Armadas estivessem devidamente protegidos e seguros.

3. Considera que o Ministro da Defesa Nacional lhe deu toda a informação necessária ao longo de todo este processo? Em algum momento sentiu que lhe foi ocultada informação?

O Professor Doutor Azeredo Lopes desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional, transmitindo-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

4. Não considera que, perante a perigosidade do material de guerra furtado em Tancos, deveria ter tido uma ação mais ativa neste caso pedindo ao Ministro da Defesa Nacional que o mantivesse informado de todas as evoluções referentes a este caso?

O Primeiro Ministro

Tal como respondi na pergunta anterior, o ex-Ministro da Defesa Nacional transmitiu-me sempre, em todos os assuntos, a informação que considerou relevante ou que eu solicitei.

5. No dia 11 de julho de 2017, o Sr. Primeiro-Ministro reuniu com as chefias militares para discutir a segurança em instalações militares. Que conclusões tirou dessa reunião? Que orientações deu aos chefes militares?

Nessa reunião com o então Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, estas atestaram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser tiradas as lições do ocorrido e a ser preparadas todas as medidas necessárias e possíveis no sentido de evitar, nas instalações à guarda das Forças Armadas, acontecimentos semelhantes. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

6. Na sequência do furto ocorrido nos PNT que questões lhe foram colocadas pelos nossos parceiros internacionais sobre o sucedido? Que garantias deu aos nossos parceiros em termos de segurança? Alguma vez foi colocada em causa a segurança de Portugal?

Os nossos parceiros internacionais não me colocaram quaisquer questões sobre esta matéria.

7. No dia 4 de agosto de 2017, o Coronel Luís Vieira entregou, ao Ministro da Defesa Nacional, um memorando a contestar a atribuição da competência da investigação do sucedido em Tancos à Polícia Judiciária, defendendo que a mesma deveria ficar para a PJM. Nesta Comissão, o Coronel Luís Vieira declarou que o Ministro da Defesa Nacional deu instruções para que esse memorando fosse enviado para o seu Gabinete. Que fez perante esse documento? Que importância lhe deu? Falou com o Ministro da Defesa sobre este assunto? Deu alguma orientação ao Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto?

Um documento com esse teor nunca foi recebido no meu Gabinete, nem discuti o assunto com o ex-Ministro da Defesa Nacional.

8. Tendo em conta este memorando, as notícias que iam surgindo na imprensa e outros quaisquer elementos relevantes para este caso teve, em algum momento, a consciência de que a PJM se estava a preparar para não respeitar o despacho da Procuradora Geral da República?

Tal como respondi na pergunta anterior, o documento em questão não foi recebido no meu Gabinete, não podendo, portanto, ter conhecimento de qualquer iniciativa da PJM nos termos sugeridos.

9. Teve o Sr. Primeiro-Ministro, em algum momento, consciência de que a PJM estaria a desenvolver uma "investigação paralela", tal como foi afirmado pelo Major Vasco Brazão nesta Comissão, não se reduzindo ao seu papel de coadjuvar nas investigações da Polícia Judiciária?

Não.

O Primeiro Ministro

10. Em algum momento teve alguma conversa com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Alguma vez lhe foi transmitida esta possibilidade por parte do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional?

Não.

11. Como e quando soube da recuperação do material furtado em Tancos?

Soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, no próprio dia da recuperação.

12. Tendo na sua posse o memorando de 4 de agosto e do despacho da PGR de 4 de julho de 2017 não ficou surpreendido com o facto de ter sido a PJM a recuperar esse material e não a PJ? Não estranhou a existência de um comunicado da PJM a referir a existência de diligências deste órgão policial?

Tal como respondi em perguntas anteriores, nunca foi recebido no meu Gabinete um documento com esse teor, tal como, acrescento, não tive conhecimento oficial do despacho da senhora ex-Procuradora Geral da República, de 4 de julho de 2017.

Desse dia apenas recorde a satisfação com a notícia de ter sido recuperado o material militar furtado dos PNT.

13. Teve conhecimento do telefonema da Procuradora-Geral da República ao Ministro da Defesa Nacional dando conta do seu descontentamento pela forma como tinha sido feita a recuperação do material e com o afastamento da Polícia Judiciária? Teve conhecimento das preocupações demonstradas pela PGR quanto à atuação da PJM neste processo? O Ministro da Defesa Nacional deu-lhe conhecimento deste telefonema que indiciava um comportamento grave

O Primeiro Ministro

por parte da PJM? Se teve conhecimento que medidas tomou neste caso? Coordenou com o Ministro da Defesa Nacional alguma ação neste âmbito?

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora-Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

14. Entre 20 de outubro de 2017, data da entrega de um documento e uma fita do tempo, elaborados pelo Coronel Luís Vieira, que ficaram conhecidos por "memorando de Tancos", no gabinete do Ministro da Defesa Nacional e 12 de outubro de 2018, data do envio do mesmo ao seu gabinete não se apercebeu do comportamento da PJM neste processo? O que se passou durante todo este tempo? Existiram contactos com o Ministro da Defesa Nacional sobre este assunto? Teve qualquer conhecimento ou indício de que a PJM teria agido à margem da lei na recuperação das armas furtadas nos PNT?

Como referi em resposta a pergunta anterior, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um "documento" não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

15. O Sr. Primeiro Ministro declarou, na sequência da recuperação do material furtado nos PNT, de que tudo tinha sido recuperado. Sabendo que isso não correspondia à verdade que informações tinha para fazer essa afirmação?

O Primeiro Ministro

Quem lhe deu a informação de que o material furtado em Tancos teria sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

16. No dia 10 de outubro de 2018 o Sr. Primeiro-Ministro negou, a pergunta do Deputado Fernando Negrão do PSD, que tivesse conhecimento dos documentos que o ex-chefe de gabinete do então ministro Azeredo Lopes dizia ter recebido. Ora, nesta Comissão o Dr. Francisco André e o Major-General Tiago Vasconcelos, afirmaram que decidiram pedir esse documento ao General Martins Pereira no dia 11 de outubro de 2018, tendo sido o mesmo enviado para o seu gabinete no dia 12 de outubro de manhã. Deu instruções ao seu Chefe de Gabinete para obter o documento que tinha sido entregue, no dia 20 de outubro de 2017, pelo Coronel Luis Vieira e pelo Major Vasco Brazão ao General Martins Pereira, chefe de Gabinete do MDN?

Face às numerosas notícias que, desde o final da tarde de 10 de outubro de 2018, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento”, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

Nas circunstâncias que já referi, o “documento” que anexo, foi-me presente apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, pelo meu Chefe do Gabinete.

17. Quando teve conhecimento da existência deste memorando de Tancos?

Se por “memorando” se entende o “documento” que anexo, o mesmo foi-me entregue nas circunstâncias referidas na resposta anterior.

18. Quando teve acesso ao “memorando de Tancos”? Que conclusões tirou da sua leitura?

Se a pergunta se refere ao “documento” que anexo, foi-me entregue nas circunstâncias referidas nas duas respostas anteriores.

Constatei tratar-se de algumas folhas de papel sem qualquer timbre, data, rubrica ou assinatura, epígrafe contendo assunto ou registo de qualquer tipo que permitisse identificar a sua origem. Aparentemente, descreve um conjunto de técnicas e procedimentos operacionais que teriam sido empregues pela Polícia Judiciária Militar para recuperar o material que fora furtado em Tancos. A leitura do mesmo revela: a) o objetivo preciso de recuperar o material furtado; b) a preocupação em salvaguardar a identidade de um informador; e c) indicia que a Polícia Judiciária Militar procurou ocultar à Polícia Judiciária o conhecimento desta operação.

19. No dia 12 de outubro de 2018 teve uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional onde lhe apresentou este memorando de Tancos, tal como o próprio declarou nesta Comissão. Confirma que mostrou o memorando de Tancos ao Ministro da Defesa Nacional?

O Primeiro Ministro

Confirmando que no dia 12 de outubro de 2018 mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional o “documento” que anexo, que me fora presente pouco tempo antes, nesse mesmo dia, pelo meu Chefe do Gabinete, nas circunstâncias que venho referindo em respostas anteriores.

Dessa reunião, fiquei com a convicção de que o ex-Ministro da Defesa Nacional nunca o tinha visto anteriormente.

20. Quais os assuntos que foram tratados nessa reunião? Foi discutida a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Em algum momento sugeriu a demissão do Ministro da Defesa Nacional? Discutiram o conteúdo do memorando de Tancos nessa reunião? A que conclusões chegaram? Foi decidida tomar alguma ação? Do memorando de Tancos conclui-se da existência de um acordo, de uma encenação e de uma ação da PJM completamente à margem da PJ. Que fez em relação a isso?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

Nessa mesma reunião, tive ainda ocasião de mostrar ao senhor ex-Ministro da Defesa Nacional o “documento” que anexo e que me fora presente nessa mesma manhã pelo meu Chefe do Gabinete.

21. Que razões justificaram a sua aceitação do pedido de demissão do Ministro da Defesa Nacional depois de ter afirmado, poucos dias antes no Parlamento, que mantinha a confiança no seu ministro?

O Primeiro Ministro

Sobre a demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, remeto para o comunicado já referido na resposta à pergunta anterior, que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018.

22. Que justificação dá para no dia 26 de outubro de 2018, em Sintra, ter feito declarações afirmando que não conhecia o memorando de Tancos entregue no gabinete do Ministro da Defesa Nacional no dia 20 de outubro de 2017 quando o seu chefe de gabinete, Dr. Francisco André, afirmou nesta Comissão que lho entregou na manhã dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do “documento” que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

23. Deu alguma indicação ou orientação ao novo Ministro da Defesa Nacional sobre a manutenção ou não do CEME, General Rovisco Duarte e sobre a condução deste dossier de Tancos?

As razões da exoneração, a seu pedido, do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foram tornadas públicas pelo próprio na altura, não havendo nada a acrescentar ao que ele próprio e o atual Ministro da Defesa Nacional declararam nas suas respetivas audições nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Primeiro Ministro

24. Que responsabilidades políticas retira deste processo de Tancos que provocou, através de uma gestão desastrosa deste dossier por parte do Governo, feridas profundas na instituição militar, nomeadamente no Exército português? Considera que o Governo agiu de acordo com as suas responsabilidades neste caso?

O Governo, no quadro das suas responsabilidades, agiu corretamente, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo, como já referi, as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo, tendo as entidades competentes considerado, aliás, não se justificar a alteração do grau de ameaça à segurança interna em vigor. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocização para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

25. O País foi confrontado com um caso que abalou a credibilidade das nossas forças armadas. Estas foram as palavras consensuais de todos militares que passaram por esta comissão. A imagem de Portugal ficou afetada, esta é a opinião dos portugueses e das instituições internacionais.

O resultado visível foi a decapitação da cadeia de comando das nossas forças armadas e a clara descoordenação das várias instituições de segurança e defesa, a PJM, rebelou-se contra uma orientação da PGR, desrespeitando o estado de direito!

E consequências políticas? Não entende o Senhor Primeiro-ministro que o estado falhou na avaliação inicial? Não entende o Sr. Primeiro-ministro que o Ministro da Defesa, fez uma má gestão do caso Tancos?

O Primeiro Ministro

Não é claro para o Sr. Primeiro-ministro, que o governo, em toda a cadeia hierárquica, logo, em primeiro lugar, o Sr. Primeiro-ministro, teve uma atitude de desvalorização e desresponsabilização, que permitiu todo o avolumar do caso Tancos?

Não entende o Sr. Primeiro-ministro que com esta atitude, a segurança e defesa dos portugueses não foi garantida e que não tirou daí as ilações políticas objetivas?

O Governo em nenhum momento desvalorizou a ocorrência de Tancos e agiu em conformidade com a avaliação efetuada pelas entidades competentes de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna. No quadro das suas responsabilidades, o Governo atuou corretamente e com o sentido de Estado que as circunstâncias impunham, adotando ou promovendo a adoção imediata de todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos similares. Ao mesmo tempo, foram adotadas todas as providências que se impunham para garantir que o material militar à guarda do Exército e das Forças Armadas estivesse devidamente protegido e seguro.

Perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular:

1. Em que momento tomou conhecimento do furto aos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT) ocorrido em junho de 2017?

No próprio dia em que a ocorrência foi descoberta.

O Primeiro Ministro

2. Por quem é que lhe foi transmitido e que diligências tomou consequentemente e de imediato?

A ocorrência foi-me informada pelo ex-Ministro da Defesa Nacional, que me transmitiu também que tinham sido efetuadas as diligências adequadas às circunstâncias.

3. Confirma que esteve ausente do país entre 2 e 9 de julho de 2017?

Confirmo.

4. Em caso de resposta afirmativa, que contactos teve, respeitantes a este assunto, durante aquele período, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna e o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e/ou outros membros do Governo?

Como é óbvio, mesmo ausente do país, estive em contacto permanente com os membros do Governo e com as entidades referidas.

5. Recebeu informações na sequência da reunião da UCAT de 29 de junho? Quais; e com que conteúdo?

O Primeiro Ministro

Na reunião da UCAT de 29 de junho de 2017 este assunto de Tancos não foi abordado. Conforme acertado entre mim e a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, foi convocada uma reunião extraordinária da UCAT para o dia seguinte, 30 de junho de 2017, tendo como ponto único da sua agenda o furto de Tancos.

Logo após o termo desta reunião, a senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna transmitiu-me a avaliação efetuada dos potenciais impactos para a segurança interna, e a conclusão de que não se justificava alterar o grau de ameaça à segurança interna, ao mesmo tempo que me deu conta do acionamento dos procedimentos previstos e pertinentes, assim como das adequadas medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo.

A senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna esclareceu, em particular, que não havia qualquer indício de ligações a ameaça terrorista ou criminalidade organizada.

6. Considerando que o mecanismo de reposição de fronteiras foi abordado naquela reunião, e tratando-se "de uma decisão de natureza e esfera iminentemente política", ponderou a ativação desse instrumento?

Não foi colocado à consideração do Governo ponderar a ativação do mecanismo de reposição de fronteiras, sem prejuízo do funcionamento normal dos mecanismos de partilha de informação no âmbito Schengen.

7. Que medidas de segurança foram suplementarmente equacionadas por V.Ex.ª?

O Primeiro Ministro

Todas as medidas de segurança foram adequada e prontamente adotadas pelas diversas entidades com competências na matéria.

De resto, o Governo, no quadro das suas responsabilidades, adotou ou promoveu de imediato todas as medidas adequadas no quadro dos procedimentos estabelecidos, incluindo as medidas de cooperação e coordenação que devem ser adotadas a nível nacional e internacional em casos deste tipo. Foram ainda efetuadas todas as verificações necessárias com vista a garantir a segurança física das instalações militares e executada a realocação para outras instalações do material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

8. Alguma vez tomou conhecimento, nomeadamente através do Ministro da Defesa Nacional, do estado das condições físicas e de segurança dos PNT?

Até ao momento em que foi detetado o furto do material nos Paíóis Nacionais de Tancos, não fui informado especificamente do estado das condições físicas e de segurança dos mesmos.

9. Como é que avalia o facto do Secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa e a Secretária-geral do Sistema de Segurança Interna terem tomado conhecimento do furto aos PNT pela comunicação social?

Avalio negativamente. A informação devia ter sido comunicada imediatamente à Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna pela autoridade que em primeiro lugar teve conhecimento da ocorrência.

O Primeiro Ministro

10. Que reflexão foi feita no quadro do Governo sobre os mecanismos de cooperação entre Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente os Serviços de Informações, e as Forças Armadas? E que melhorias foram introduzidas?

Neste ou em qualquer outro caso concreto, é sempre necessário retirar todas as lições que proporcionem uma melhoria dos mecanismos de troca e partilha de informação existentes.

Essa reflexão é, aliás, permanente e contínua, decorrendo não apenas ao nível do Governo, mas também, individualmente, em cada uma das organizações referidas, bem como nos diversos órgãos, onde, a diversos níveis, as diferentes organizações estão representadas e participam ativamente. Sempre que dessa reflexão resulte a necessidade de agir, por exemplo aperfeiçoando a legislação existente ou promovendo nova legislação, o Governo age.

11. V.Ex.^a convocou no dia 11 de julho de 2017 uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional e os quatro chefes militares. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião?

Nessa reunião, com o então senhor Ministro da Defesa Nacional e as chefias militares, foi-me feito um relatório circunstanciado sobre a natureza, características e condições operacionais do material furtado e de outro material que, estando depositado nesse Paiol, aí havia permanecido.

Por outro lado, as Chefias Militares asseguraram-me que a segurança das instalações militares estava assegurada. Verifiquei ainda que, sob a orientação do ex-Ministro da Defesa Nacional, estavam já a ser preparadas todas as medidas necessárias para reforçar a segurança nas instalações à guarda das Forças Armadas. Ao longo das semanas seguintes pude constatar a concretização do

O Primeiro Ministro

robustecimento da segurança física de algumas instalações para onde seria movimentado o material que, do antecedente, se encontrava armazenado nos Paióis Nacionais de Tancos.

O CEMGFA, General Pina Monteiro, deu, aliás, nesse dia, nota pública da informação que me foi prestada nessa reunião.

12. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Pina Monteiro, afirmou no final dessa reunião, que o valor do material furtado dos PNT seria de "34 mil euros" e que os lança-granadas foguete "provavelmente não terão possibilidade de ser utilizados com eficácia". V.Ex.^a reviu-se na declaração produzida pelo General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas? Ou entende que refletiu uma tentativa de desvalorização da gravidade dos acontecimentos?

As declarações do senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas foram, com toda a certeza, proferidas com base na informação factual existente.

Não tinha, nem tenho, motivos para colocar em causa a palavra do ex-CEMGFA, General Pina Monteiro.

13. Que avaliação lhe foi reportada relativamente à perigosidade do material; e por quem?

Na referida reunião de 11 de julho foram reportadas as características técnicas, possibilidades e limitações dos diversos tipos de material furtado, informação de que o General CEMGFA deu nota pública no final da reunião.

O Primeiro Ministro

14. Teve conhecimento das atas das reuniões da UCAT de 5 de julho de 2017 e de 18 de julho e 2018; e dos factos graves nelas constantes?

Por norma não me é dado conhecimento das atas das reuniões da UCAT.

Informo ainda que as atas referidas foram efetivamente remetidas ao meu Gabinete, mas apenas em abril de 2019, quando foram solicitadas ao Governo por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

15. A que horas e por via de quem tomou V.Ex.^a conhecimento da recuperação do material militar na Chamusca?

Não me sendo possível precisar a hora exata, soube pelo ex-Ministro da Defesa Nacional no próprio dia da recuperação.

16. Teve conhecimento de que o ex-Diretor da PJM, o Coronel Luís Vieira, reuniu com o Ministro da Defesa Nacional na manhã do dia 18 de outubro de 2017, na sequência do "achamento" do material militar furtado?

Não.

17. Teve conhecimento do facto do gabinete do Ministro da Defesa Nacional de então ter verificado "do ponto de vista da comunicação pública o grau satisfatório do comunicado" da PJM do dia 18 de outubro de 2017, tal como foi reconhecido pelo Prof. Dr. Azeredo Lopes, na audição de 7 de maio de 2019 na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)?

Não.

O Primeiro Ministro

18. Considera V.Ex.^a adequada a participação do Governo na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal, antes de o Ministério Público ter sido informado?

O ex-Ministro da Defesa Nacional explicou nas suas declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito as circunstâncias em que o seu Gabinete apoiou, tecnicamente, a elaboração do comunicado. Dessas declarações resulta claro que o Governo não participou “na redação ou validação de um comunicado de um órgão de polícia criminal, que está na dependência funcional do Ministério Público, no âmbito de uma investigação criminal”.

19. Soube do contacto telefónico da então Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal, com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes, a 18 de outubro de 2017, em que demonstrou a sua insatisfação pelo facto da PGR ter tido conhecimento da recuperação através do comunicado da PJM, por o Diretor-geral da PJM não ter atendido nem retribuído os seus contactos telefónicos bem como dos do Diretor do DCIAP?

O ex-Ministro da Defesa Nacional referiu-me o contacto da ex-Procuradora Geral da República, que teria a intenção de enviar uma participação por escrito, para efeitos de abertura de um processo disciplinar. Tanto quanto é do meu conhecimento, essa participação nunca foi formalizada.

20. Por quem e quando é que teve conhecimento destes factos?

Não sei precisar a data em que o ex-Ministro da Defesa Nacional me referiu o telefonema da ex-Procuradora Geral da República.

21. Como explica que, mesmo depois do Governo que V.Ex.^a lidera ter tomado conhecimento dos factos acima enunciados a 18 de outubro de 2017, V.Ex.^a tenha elogiado a atuação da PJM a 20 de outubro de 2017?

Naturalmente, congratulei-me com a recuperação do material militar, o que, independentemente das circunstâncias, foi, por si, um facto importante.

22. V.Ex.^a afirmou publicamente a 22 de outubro de 2017 que "por ação da PJM, já foi recuperado todo o material que tinha desaparecido". Quem é que lhe assegurou que o material militar havia sido todo recuperado?

As referidas declarações foram feitas num momento em que a informação disponível era a de que esse material tinha sido recuperado. Aliás, é isso mesmo que consta no comunicado divulgado à época pela Polícia Judiciária Militar.

23. Alguma vez corrigiu publicamente essa declaração, que se se sabe que não corresponde à verdade? Não considera que o devia ter feito?

Como respondi na pergunta anterior, essa declaração pública foi feita com base na informação disponível no momento.

24. Quando é que teve conhecimento da efetiva quantidade do material recuperado?

Confio que a conclusão da investigação judiciária em curso permitirá clarificar definitivamente qual o material furtado, e qual o material recuperado.

25. Como valoriza V.Ex.^a o facto do Governo que V.Ex.^a dirige ter sido informado, a 20 de outubro de 2017, pelo Ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, acompanhado do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão, através da entrega de um documento, ao ex-Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-General Martins Pereira, que a ação da PJM inicialmente reportada não correspondia à verdade, que tinha sido realizada através de uma investigação paralela, contrária ao Comunicado da PGR, de 4 de agosto de 2017, e através do recurso a ilegalidades?

Compete às autoridades judiciárias, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

26. Que relevância atribuiu aos factos relatados no mesmo documento, nomeadamente:

- a. **"O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas, como prova de que fala a verdade, mas PJM tem de guardar essas granadas dois dias e nunca chamar a PJ e que depois ele dará a localização do resto do material sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo for quebrado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descanso";**
- b. **"Major Brazão dá ordem a um militar seu para às 03 da manhã fazer uma chamada para o piquete, que nesse dia era o próprio Major Brazão";**
- c. **"Major Brazão com receio que o Major Pinto da Costa comece a fazer diligências que colocassem a PJ no local, informa o Diretor-geral da PJM e informa-o do "contrato"?"**

Compete às autoridades judiciárias, no âmbito da investigação em curso, apurar a verdade dos factos e proceder à respetiva valoração jurídica.

O Primeiro Ministro

Quanto à minha apreciação, remeto para a resposta à pergunta 18 do Grupo Parlamentar do PSD.

27. Em que momento tomou conhecimento destes factos?

Tal como já referi em respostas anteriores, apenas na manhã do dia 12 de outubro de 2018, me foi presente, pelo meu Chefe do Gabinete, um “documento” não assinado, não datado e não timbrado, que junto em anexo. Tinha-lhe sido entregue pelo Assessor Militar, Major-general Tiago Vasconcelos, a quem pouco tempo antes nesse mesmo dia fora facultado pelo Tenente-general Martins Pereira.

28. A partir do momento em que tomou conhecimento dos factos acima enunciados que ações tomou o governo?

Na sequência da detenção do ex-diretor da Polícia Judiciária Militar, no dia 25 de setembro de 2018, o ex-Ministro da Defesa Nacional havia determinado à Inspeção-geral de Defesa Nacional, a 4 de outubro de 2018, uma auditoria ao processo de prevenção e investigação criminal na Polícia Judiciária Militar. No seguimento das conclusões da referida auditoria, a 1 de abril de 2019, o atual Ministro da Defesa Nacional determinou uma ação inspetiva à Polícia Judiciária Militar com o objetivo de proceder ao apuramento da legalidade da atuação da mesma no processo de recuperação do material furtado nas instalações militares de Tancos.

29. Como é que explica que o Governo que V. Ex.^a lidera tenha tido, durante quase um ano, até à detenção do ex-Diretor da PJM, Coronel Luís Vieira, em sua posse um documento entregue a 20 de outubro ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, que dava conta destes factos, sem que nada tenha feito e o tenha ocultado?

Como já referi em respostas anteriores, apenas tive conhecimento a 12 de outubro de 2018 do “documento” que anexo, que mostrei ao ex-Ministro da Defesa Nacional nessa mesma manhã, tendo ficado com a convicção de que ele nunca o tinha visto anteriormente.

30. Como explica V.Ex.^a que no debate quinzenal de 10 de outubro de 2018 tenha afirmado, em resposta a um deputado, que “não queria acreditar que” esse mesmo deputado “pudesse ter acesso a documentos em segredo de justiça”, e depois, no dia 12 de outubro, tenha acedido a esse mesmo documento, tendo para isso validado a obtenção do mesmo pelo seu Chefe de Gabinete atual?

Efetivamente, no debate quinzenal – a 10 de outubro de 2018 – estranhei que o conteúdo de um documento que alegadamente acabara de ser entregue às autoridades judiciais e que, até aí, teria tido uma circulação extremamente restrita, e que eu próprio desconhecia, já pudesse eventualmente ser do conhecimento dos senhores Deputados.

Posteriormente, face às numerosas notícias que, desde o final da tarde desse mesmo dia, estavam a ser veiculadas na comunicação social, com informação contraditória sobre o referido “documento” e o seu teor, o meu Chefe do Gabinete e o Assessor Militar tomaram diligências nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, no sentido de procurar esclarecer a veracidade dessas notícias.

O Primeiro Ministro

31. Face ao exposto, considera que a atuação da PJM configura uma ilicitude; e que deveria ter merecido da parte do governo a entrega da documentação recebida à PGR e abertura de uma ação inspetiva à PJM, que só acabou por ser determinada um ano depois, quando os factos vieram a público na sequência da detenção do ex-diretor da PJM?

Remeto para as respostas às perguntas n.ºs 28 e 29.

32. Por que razão V.Ex.^a afirmou, a 26 de outubro de 2018, não conhecer o documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e da Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, "nem através de Azeredo Lopes, nem através de ninguém", quando o seu Chefe de Gabinete afirmou categoricamente que lho entregou no dia 12 de outubro de 2018?

Como resulta claro das minhas declarações em Sintra, no dia 26 de outubro de 2018, o contexto temporal da pergunta reportava-se ao momento da recuperação do material de Tancos, isto é, outubro de 2017. E nessa altura, outubro de 2017, não tinha qualquer conhecimento do "documento" que anexo, o qual, como bem refere a pergunta, ser-me-ia presente pelo meu Chefe do Gabinete apenas cerca de um ano depois, na manhã de 12 de outubro de 2018.

33. Confirma que reuniu com o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. José Alberto Azeredo Lopes, a 12 de outubro de 2018?

Confirmo.

34. Pode detalhar o conteúdo dessa reunião e quais as razões que levaram à sua demissão?

Nessa reunião foi-me apresentado, pelo próprio, e por mim aceite, o pedido de demissão das funções de Ministro da Defesa Nacional, constando no comunicado que o mesmo tornou público na tarde do dia 12 de outubro de 2018 as razões por que o fizera.

35. O facto de este ter tido conhecimento do teor do documento entregue pelo ex-Diretor-geral da PJM e do Inspetor da PJM, Major Vasco Brazão ao então Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Tenente-general Martins Pereira, a 20 de outubro de 2017, contribuiu para a demissão do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes? Se sim, em que medida?

Tal como respondi na pergunta anterior, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

36. Quando é que V.Ex.^a convidou o Embaixador João Cravinho para assumir as funções de Ministro da Defesa Nacional?

No dia 12 de outubro de 2018, depois de ter aceite o pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes.

37. Foi noticiado - apesar de desmentido na CPI pelo atual Ministro da Defesa Nacional - que este teria imposto como condição à sua aceitação a exoneração do então Chefe do Estado-Maior do Exército. Tendo o convite resultado de uma conversa entre V.Ex.^a e o atual Ministro da Defesa Nacional, e uma vez que foi noticiado aquela condição, foi V.Ex.^a que deu instruções no sentido de essa informação ser transmitida à comunicação social?

O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército foi exonerado a seu pedido, como é do conhecimento público, e nem o atual Ministro da Defesa Nacional colocou essa questão, nem foram dadas quaisquer instruções para se transmitir algo desse teor à comunicação social.

38. Como explica V.Ex.^a ter mantido, até ao dia 12 de outubro de 2018, a confiança política no Ministro da Defesa Nacional, o Prof. Dr. José Azeredo Lopes?

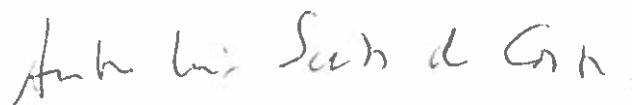
Como tive oportunidade de afirmar em resposta a pergunta de outro Grupo Parlamentar, considero que o Professor Doutor Azeredo Lopes sempre desempenhou com lealdade as funções de Ministro da Defesa Nacional.

Por outro lado, tal como afirmei acima, as razões que levaram ao pedido de demissão do ex-Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, no dia 12 de outubro de 2018, constam no comunicado publicado pelo próprio na tarde desse dia.

O Primeiro Ministro

Respondidas todas as questões que me foram enviadas pelos diversos Grupos Parlamentares, cumpre-me apresentar a V. Exa., Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos, a expressão dos meus melhores cumprimentos,

Palacete de São Bento, Lisboa, 17 de maio de 2019



António Luís Santos da Costa